

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/3260	4443/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA: Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2026.

I. Exposição e Motivos

1. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, cultural e social de Braga, foi apresentado, por parte das administrações das empresas municipais, AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., uma proposta para a celebração de contratos-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente fomentar o desenvolvimento das suas atividades.

2. Sobre estas entidades - com relevantíssimas responsabilidades no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhes estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

3. Estas empresas municipais, ainda que integradas no tecido empresarial local, representam entidades cujo objeto promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população de Braga, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.

4. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação e cultura, ação social, habitação, ambiente e saneamento básico e promoção do desenvolvimento, que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e), h), i). k) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no



artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

5. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.

6. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.

7. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma *"mais-valia"* vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes.

8. Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.

9. No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.

10. Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.

11. As minutas dos contratos-programa preveem ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.

12. Nestes termos, considere-se ainda que:

a) A AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., é uma empresa local que tem como objeto social o exercício da atividade de captação, tratamento e abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e limpeza pública.

b) A Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais e de outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei;

c) A Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., é uma empresa local que visa a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social;

d) A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., é uma empresa local que tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;



e) As mencionadas empresas regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;

f) O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;

g) As minutas dos contratos-programa a celebrar inscrevem a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas das empresas, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pelas empresas;

h) As minutas dos contratos em anexo cumprem ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

13. O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

14. Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

15. De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.

16. Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os presentes contratos-programa foram objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa.

17. As despesas têm enquadramento, respetivamente, conforme informação da Divisão de Contabilidade.

Em face do exposto, **proponho:**

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2026.

Anexos:

1. Contratos-Programa com as mencionadas empresas municipais



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.** (doravante designado de “Entidade” ou “AGERE”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato Programa” no valor de 8 975 221 euros, para o exercício de 2026, cuja minuta se anexa (documento com 6 páginas, por nós rubricadas e carimbadas – com exceção dos respetivos anexos).
2. Cabe à AGERE proceder ao cumprimento do seu objeto e atribuições que estatutariamente lhe são atribuídas, desenvolvendo uma cultura de inovação, consolidando a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.
3. A atribuição de subsídio à exploração é efetuada como contrapartida das obrigações assumidas pela AGERE, no âmbito da prossecução da atividade da limpeza e higiene pública no Município de Braga.



Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da AGERE o cálculo do valor da indemnização compensatória, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

7. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação do diferencial entre os rendimentos e os gastos estimados na prossecução da atividade de limpeza e higiene pública, acrescido de uma parcela correspondente a 5% destes gastos estimados.

8. Importa ainda destacar o facto de ter sido aprovado por maioria em Assembleia Geral de acionistas o contrato de gestão delegada entre a entidade e o Município de Braga, pelo que alertamos para a necessidade da análise dos eventuais efeitos do mesmo ao nível do Contrato Programa.

9. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

10. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da indemnização compensatória previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela AGERE.

11. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 22 de janeiro de 2026.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA
ENTRE O
MUNICÍPIO DE BRAGA E A
AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.

ENTRE, DE UMA PARTE,

O Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado neste contrato-programa pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Vasconcelos Barros Rodrigues, o qual outorga no uso de poderes concedidos nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, adiante designado apenas por “Município” ou por “Primeiro Outorgante”,

E, DE OUTRA PARTE,

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 692, com sede na Praça do Conde de Agrolongo, 115, freguesia de Braga (São João do Souto), 4700-312 Braga, com o capital social de Euro 39.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 504807692, devidamente representada neste contrato-programa pela Presidente do Conselho de Administração, Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger e pelos Administradores-Executivos Dr. António Jorge Almeida da Silva e Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos, adiante designada apenas por “AGERE” ou por “Segundo Outorgante”, é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO QUE:

O Município de Braga delegou na AGERE a execução da atividade de captação, tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, por referência ao cumprimento do objeto social constante dos seus estatutos, nos termos do respetivo artigo 17.º.

A AGERE foi assim constituída tendo como objeto social a prestação de serviços de interesse geral desenvolvendo atividades indicadas nas alíneas do artigo 45.º nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (“Empresa local de gestão de serviços de interesse geral”);

Cabe à AGERE proceder ao cumprimento do seu objeto e atribuições que estatutariamente lhe são atribuídas, desenvolvendo uma cultura de inovação, consolidando a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a

acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.

Nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as entidades públicas participantes devem proceder à celebração de contratos – programa, contendo os correspondentes subsídios à exploração como contrapartida das obrigações assumidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

- 1- O presente contrato-programa estabelece os fundamentos da necessidade da relação contratual entre o Município e a AGERE, e respetiva finalidade, bem como as normas para a comparticipação financeira a atribuir pelo Município à AGERE, nos termos e para os efeitos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 2- As competências da AGERE incluem a atividade de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, nos termos definidos nos artigos 4.º e 5.º dos respetivos Estatutos.
- 3- A atribuição de subsídio à exploração é efetuada como contrapartida das obrigações assumidas pela AGERE, no âmbito da prossecução da atividade da limpeza e higiene pública no Município de Braga.
- 4- O contrato-programa estabelece, ainda, a finalidade da relação contratual, o montante do subsídio à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais para medição da realização dos objetivos sectoriais.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Fundamentos e finalidade da relação contratual)

- 1- O Município define, pelo presente contrato-programa, em conformidade com os Estatutos da AGERE, os termos para o exercício por esta última da atividade de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana.
- 2- Cabe à AGERE cumprir os objetivos programados no que respeita à exploração das atividades no âmbito da recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, bem como da higiene e limpeza urbana do Município, visando desenvolver esta atividade.
- 3- A atividade da AGERE assenta na prestação de um serviço de excelência na gestão de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana preservando o meio ambiente, satisfazendo, em simultâneo, a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.



G. CASTRO, R. SILVA,
A. DIAS & F. AMORIM,
SROC, LDA
a Gerência

CLÁUSULA TERCEIRA

(Comparticipação financeira)

- 1- O Município compromete-se a prestar apoio financeiro à AGERE através de subsídio à exploração, no montante Euro 8.975.221,16 [oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e um euros e dezasseis cêntimos], acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver lugar, por referência ao ano de 2026, para a prossecução do objeto e competências estatutariamente atribuídas no âmbito da limpeza e higiene e limpeza urbana do Município ao Segundo Outorgante.
- 2- O montante referido no número anterior será pago em prestações mensais no valor de Euro 747.935,10 [setecentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e cinco euros e dez cêntimos].
- 3- O valor monetário mencionado no número 1, no montante de Euro 8.975.221,16 [oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e um euros e dezasseis cêntimos], acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver lugar, resultado valor estimado previsto no orçamento da AGERE para o ano de 2026, onde se evidencia o diferencial entre receitas e despesas dos sectores de atividade a que se refere este contrato-programa. No ano fiscal seguinte, após apurar os valores definitivos, será efetuado o respetivo acerto de contas, nos mesmos moldes.
- 4- O apoio financeiro referido no n.º 1, é suportado pela dotação orçamental XX/XXX/202X e respetiva dotação das GOP (grandes opções do plano), se aplicável.

CLÁUSULA QUARTA

(Objetivos Setoriais)

Os objetivos setoriais inerentes ao exercício de atividade pela AGERE, nos termos a que se refere o n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e através dos quais se permite a avaliação em termos de eficácia e eficiência, compreendem a:

- a) Defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço;
- b) Sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos;
- c) Sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.

CLÁUSULA QUINTA

(Indicadores de desempenho)

De forma a avaliar o desempenho da atividade da Segunda Outorgante no âmbito do presente contrato, e tendo em vista a avaliação dos objetivos setoriais, deverá a mesma, semestralmente, apresentar um relatório e/ou prestar os esclarecimentos considerados necessários, relativos aos indicadores e respetivas metas, ambos expostos no Anexo 1 ao presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Constitui obrigação do Primeiro Outorgante:

- 1- Acompanhar e controlar o cumprimento deste contrato, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.
- 2- Efetuar a comparticipação financeira à Segunda Outorgante, nos termos da Cláusula Terceira deste Contrato-Programa, obedecendo ao respetivo plano de pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Obrigações da Segunda Outorgante)

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- 1- Cumprir o objeto do Contrato-Programa, incluindo:
 - a) A recolha, transporte e deposição dos resíduos urbanos da área do Município, nos termos do Anexo 2, dotando-a, nomeadamente, dos meios humanos necessários e da estrutura de equipamentos economicamente adequada e em bom estado de conservação;
 - b) A manutenção geral da higiene e limpeza do Município, incluindo a varredura e lavagem de espaços públicos e a limpeza dos sanitários públicos, nos termos do Anexo 2, dotando estas atividades, nomeadamente dos meios humanos e equipamentos necessários ao seu normal funcionamento;
 - c) A manutenção das infraestruturas do Centro de Recolha Oficial, a logística de recolha, os colaboradores e a garantia do bem-estar animal dos animais alojados (limpeza, desinfeção, controlo de pragas, prestação dos primeiros cuidados ao animal, em caso de necessidade, plano de evacuação em situações de catástrofe, entre outros).
- 2- Cumprir na íntegra o disposto na lei no que se refere à realização de despesas públicas.
- 3- Apresentar os documentos legais, indispensáveis à concretização do Contrato-Programa.
- 4- Efetuar a gestão e aplicação das verbas consignadas no presente Contrato-Programa, de acordo com o objetivo visado.
- 5- Prestar anualmente contas ao Município ou a qualquer outra entidade fiscalizadora, sempre que tal seja solicitado.
- 6- Apresentar, no final do ano, um relatório das atividades realizadas.
- 7- Manter a sua situação fiscal e parafiscal (Segurança Social) devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA

(Colaboração entre as partes)

As partes outorgantes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração entre si com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Contrato-Programa e, em especial, a assegurar um princípio de boa gestão.

CLÁUSULA NONA

(Acompanhamento e controlo deste contrato)

- 1- O acompanhamento e controlo deste contrato são efetuados pelo Município, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.
- 2- No que diz respeito aos contratos-programa, até 31 de março do ano seguinte àquele a que respeita o contrato, as entidades beneficiárias devem apresentar o relatório de execução, com particular incidência nos aspetos de natureza financeira e com explicitação dos objetivos e dos resultados alcançados.
- 3- Ao Município reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior, para comprovar a correta aplicação dos subsídios.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Período de vigência do contrato)

O presente Contrato-Programa vigora durante o ano de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Contrato-Programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito e em termos expressos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

(Incumprimento e resolução do contrato)

A falta de cumprimento do presente Contrato-Programa, ou desvio dos seus objetivos por parte da Segunda Outorgante, constitui justa causa da resolução do contrato, podendo implicar, consoante o tipo de apoio, a devolução ao Primeiro Outorgante dos montantes recebidos ao abrigo do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

(Disposições finais)

Em tudo o não estabelecido no presente contrato, aplicar-se-á o disposto na legislação em vigor sobre a matéria.

O presente Contrato Programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada Outorgante, com todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Braga, 16 de janeiro de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. João Vasconcelos Barros Rodrigues)

A Presidente do Conselho de Administração

(Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger)

Os Administradores-Executivos da AGERE

(Dr. António Jorge Almeida da Silva)

(Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos)



FAZ CULTURA - EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **FAZ CULTURA - EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.** (doravante designado de "Entidade" ou "Faz Cultura"), do **Município de Braga**, com base no "Contrato Programa" no valor de 4 166 537 euros, para o exercício de 2026, cuja minuta se anexa (documento com vinte e uma páginas, por nós rubricadas e carimbadas).
2. A Faz Cultura constitui, no quadro das suas atribuições, um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
3. O valor do subsídio à exploração visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais incorridos nas atividades prosseguidas pela Faz Cultura, na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada com o Município de Braga.



Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Faz Cultura o cálculo do valor da indemnização compensatória, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.
5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:
 - Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
 - Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
 - Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.
7. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os preços reais apurados com base no plano previsional de custos e os preços efetivamente praticados pela Faz Cultura para as atividades de programação própria, e ainda o programa de Braga Media Arts e Legado Braga 25.
8. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

9. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da indemnização compensatória previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela Faz Cultura.

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 21 de janeiro de 2026.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

Contrato-Programa 2026

Faz Cultura

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, neste ato representada por João Vasconcelos Barros Rodrigues, na qualidade de Presidente, doravante identificado como “Município de Braga”,

e

Segundo Outorgante: Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM, com sede na Avenida da Liberdade, nº 697, 4710-251 Braga, pessoa coletiva nº 500463964, aqui representado por Catarina Miranda Basso Marques e Nuno José da Costa Gouveia, na qualidade de membros do Conselho de Administração, doravante identificado como “FCB”.

Considerando que:

- a) É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos, do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
- b) Ao abrigo da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a FCB, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga, é uma empresa local, que prossegue o interesse público, cuja atividade possui uma especificidade técnica e material que justifica e torna mais conveniente a sua gestão sob a forma empresarial, e que tem como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral (vide artigos 6º nº 1, 19º nº 1 e 20º nº 1);
- c) A FCB constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 4º dos seus Estatutos, a gestão dos equipamentos culturais Theatro Circo e gnracion e a prestação de um serviço público no domínio da promoção da cultura e da criação artística no concelho de Braga, delimitada aos projetos cuja gestão lhe seja atribuída pelo Município de Braga, de que é exemplo a Braga Media Arts, Cidade Criativa UNESCO;
- d) Neste contexto, a empresa assegura, desde 2020, a gestão do equipamento cultural gnracion, com base nos seguintes pressupostos:
 - i. O edifício mantém-se sob propriedade do Município, com a salvaguarda do uso e exploração pela FCB, sempre sujeita à previa autorização do primeiro;

- ii. O Município mantém na sua esfera os contratos de fornecimento de energia e água, manutenção de AVAC, sistemas de incêndio, elevador, sistema de videovigilância e controlo de acessos, bem como a infraestrutura de rede e conectividades, considerando que a propriedade do edifício se mantém sob a alçada do mesmo e que controla a gestão dos referidos contratos e serviços;
 - iii. O Município assume as obras de grande envergadura do edifício gnracion, assumindo a FCB as despesas de manutenção corrente, nomeadamente todas as pequenas obras de manutenção que resultam da atividade que realiza no espaço;
 - iv. São assumidos pela FCB os encargos com consumos correntes de higiene e limpeza, comunicações e segurança, bem como os que decorrem da aquisição de material de escritório, aquisição e reparação de equipamentos para a atividade cultural e aquisição de novo licenciamento de software;
 - v. A FCB está legitimada ao uso integral e exclusivo da marca gnracion, para efeitos de divulgação e comunicação do programa cultural, assim como a promoção do equipamento cultural, atendendo que se trata de um equipamento credenciado em várias redes culturais, sendo a segunda outorgante entidade beneficiadora nas respetivas redes.
 - vi. O Município assegura o seguro multirriscos do edifício, ficando a FCB responsável pelo seguro de responsabilidade civil bem como por todas as licenças e demais seguros relativos à realização dos eventos que irá programar para este espaço;
 - vii. São receitas da FCB a bilheteira dos eventos realizados no gnracion e serviços associados aos mesmos;
 - viii. São, ainda, receitas da FCB as relativas a cedências de espaços a terceiras entidades, devidamente autorizadas pelo Município, na medida em que estas sejam necessárias para suportar custos administrativos, de segurança, limpeza e outros que decorrem destas mesmas cedências;
- e) Neste contexto, a missão da FCB é a de dinamizar e elevar a atividade cultural de Braga, nas áreas das artes performativa e digitais, promovendo a criação e fidelização de públicos e o enriquecimento cultural dos seus cidadãos;
- f) Para desenvolver a sua missão de serviço público foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:
- i. Assegurar a programação artística e a gestão geral dos espaços e projetos sob a sua tutela;
 - ii. Assegurar a implementação de atividades e eventos artísticos e culturais que se enquadrem na estratégia e política cultural do Município de Braga;

- iii. Promover produções artísticas próprias e participar em coproduções e colaborações com entidades congéneres;
 - iv. Promover a dinamização do setor cultural, artístico e criativo do concelho de Braga;
 - v. Contribuir para a formação de públicos nos domínios da participação, do fomento das práticas artísticas e do conhecimento das artes performativas, música e arte contemporânea;
 - vi. Fomentar o intercâmbio cultural e artístico a nível nacional e internacional; e
 - vii. Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável.
- g) Para a prossecução dos objetivos acima definidos, a FCB desenvolve um programa cultural próprio nos espaços culturais sob a sua gestão, diverso na sua temática, abrangendo diversos domínios artísticos e tipologias de atividades culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando também pela implementação de um serviço de mediação de públicos e visitas guiadas;
- h) A FCB foi responsável pela implementação de parte da programação da Braga25 - Capital Portuguesa da Cultura (CPC). O programa oficial da Capital Portuguesa da Cultura foi definido em estreita cooperação entre a empresa Municipal e o Município de Braga, as quais constituíram, a Equipa de Missão Braga 25. Com a conclusão do projeto da CPC, inicia-se uma nova etapa que será dar continuidade natural ao processo que havia sido iniciado em 2018, concretamente através da consolidação de projetos estruturantes de uma estratégia alargada de Braga 2030.
- i) Quer no contexto do Legado Braga 25, quer no contexto da BMA e dos equipamentos geridos pela FCB, o programa cultural quer-se abrangente no que concerne aos seus públicos-alvo, acessível a todos e promotor de um maior conhecimento e fruição cultural, o que implica a prática de uma política de preços reduzidos, com descontos adicionais para segmentos específicos da população, bem como a realização de um conjunto de atividades de acesso gratuito;
- j) Esta prática, decorrente da sua natureza de serviço público, limita necessariamente as receitas auferidas no âmbito das atividades de programação interna concretizadas, pelo facto de não serem executadas a preços de mercado, sendo estas receitas deficitárias para fazer face aos custos que as respetivas atividades acarretam;
- k) Assim, é necessário dotar a FCB dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a concretização do seu programa cultural;
- l) O subsídio à exploração a atribuir à empresa municipal, como contrapartida das obrigações

assumidas neste âmbito, depende da celebração de Contrato-Programa, forma esta exigida C, LDA em conformidade com o disposto no art.º 47º da Lei nº 50/2012, devendo definir-se o seu a Gerência objeto, montante do subsídio à exploração, obrigações dos outorgantes e, ainda, os indicadores e objetivos a atingir.

É celebrado o presente Contrato-Programa, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente Contrato-Programa visa disciplinar e regular a atribuição de um subsídio à exploração pelo Município de Braga à empresa municipal FCB decorrente do desenvolvimento de uma política de preços acordada entre as partes outorgantes, e que visa cobrir os custos económicos que a empresa suporta por força da exigência de prossecução da sua atividade conforme o interesse geral, imposta pelo Município de Braga.

Cláusula 2.ª

(Finalidade e objetivos)

1. De acordo com o definido na cláusula 1ª, o Contrato-Programa visa a concretização da programação interna do Theatro Circo e gnration, enquanto equipamentos culturais da cidade, contribuindo para os principais objetivos estratégicos do seu plano de atividades, e ainda o programa de Braga Media Arts e Legado da Braga 25.

2. Para a prossecução dos objetivos estratégicos foi definido um plano de ação que se traduz num conjunto de medidas, mais concretas, que mais facilmente poderão ser convertidas em indicadores mensuráveis, a saber:

- a) Desenvolvimento da programação própria regular do Theatro Circo e do gnration, de acordo com os princípios definidos nos respetivos planos de atividade;
- b) Implementação do programa de ação de Braga Media Arts;
- c) Implementação da programação de Legado da Braga 25;
- d) Aposta na produção artístico-cultural local e regional, com ênfase em projetos de produção própria e coprodução e valorizando a circulação de projetos no contexto da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea;
- e) Desenvolvimento de programas específicos de mediação, para os equipamentos e projetos apoiados, norteado pelos princípios da universalidade de acesso à participação cívica e fruição cultural;

- f) Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos;
- g) Otimização contínua dos custos na operacionalização da programação interna e reforço das receitas;
- h) Rigoroso controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo;
- i) Pagamento atempado a fornecedores.

Cláusula 3.ª

(Regime da comparticipação financeira)

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir à FCB é de **4.166.537€** (quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete euros), a ser transferido em doze tranches mensais, entre janeiro e dezembro de 2026, valor a ser transferido até ao dia 10 de cada mês.
2. O valor da comparticipação financeira visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais das atividades prosseguidas pela FCB na ótica do interesse geral e tendo em consideração o desenvolvimento da política de preços acordada entre as partes, como se demonstra no Anexo I ao presente contrato.

Cláusula 4.ª

(Obrigações do segundo outorgante)

O segundo outorgante obriga-se a apresentar, ao primeiro outorgante, relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos de Gestão Previsional e do Contrato-Programa celebrado, identificando a missão desenvolvida e os objetivos alcançados, descrevendo as atividades realizadas e apresentando indicadores quanto aos resultados obtidos.

Cláusula 5.ª

(Indicadores de Eficácia e Eficiência para 2026)

Considerando os objetivos definidos na cláusula 2ª, e por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 1 da cláusula 4ª no que concerne à medição da sua realização, foram definidos os seguintes indicadores para as atividades desenvolvidas ao abrigo do Contrato-Programa:

Indicadores de execução do Contrato-Programa e sua relação com os objetivos estratégicos da empresa

Quadro nº 1 – Indicadores de Eficácia do Theatro Circo

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2026
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do Theatro Circo	Nº de eventos apoiados (exceto visitas)	[170 -190]
		Público nos eventos apoiados	[37 500-50 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[10-20]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[7-12]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[20 – 37]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[800-1200]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do Theatro Circo</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[15 000-20 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 2 – Indicadores de Eficácia do gnration

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2026
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Reforço e qualificação da programação própria regular do gnration	Nº de eventos apoiados	[90 - 100]
		Público nos eventos apoiados	[50 000 - 65 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de artistas internacionais envolvidos na programação	[7-10]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[10– 15]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Reforço das ações de formação de públicos dos equipamentos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	Nº de ações de formação público totais	[10 - 20]
		Nº total de participantes em ações de formação de públicos	[200-500]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do gnration</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de exemplares de agenda distribuídos	[10 000 – 15 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 3 - Indicadores de Eficácia de BMA

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2026
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Desenvolvimento de programação na área das Media Arts	N.º de eventos e ações desenvolvidos	[240 - 260]
		Público nas ações e eventos apoiados	[13 000 - 18 000]
<i>Apoio à comunidade e aos criadores locais, e fomento do intercâmbio artístico, nacional e internacional</i>	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	N.º de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[10 – 20]
	Aposta no intercâmbio internacional	N.º de entidades e artistas internacionais envolvidos na programação	[5 - 15]
<i>Criação e fidelização de públicos</i>	Reforço das ações de formação de públicos e desenvolvimento de um programa específico de serviço educativo	N.º de ações de formação, mediação e participação de público	[200 - 215]
		N.º total de participantes em ações	[1 800-2 500]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento da BMA</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	N.º de exemplares de agenda distribuídos	[8 000 – 12 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 4 – Indicadores de Eficácia do Legado de Braga 25

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2026
<i>Implementação da programação de Legado Braga 25</i>	Execução do programa de Legado Braga 25	N.º de eventos apoiados	[45-60]
		Público nos eventos apoiados	[3 500- 6 000]
<i>Capacitação e promoção dos criadores locais e regionais</i>	Aposta no intercâmbio internacional	N.º de artistas internacionais envolvidos na programação	[3 - 6]
		N.º de ações desenvolvidas	[5 - 10]
	Desenvolvimento de ações de capacitação	N.º de participantes	[80 -120]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	N.º de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos eventos apoiados	[6 -15]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Desenvolvimento de um programa de mediação e de ações com comunidades locais	N.º de ações	[18-25]
		N.º total de participantes	[150-300]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento do Legado Braga 25</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	N.º exemplares de publicações do Legado	[1.500 - 2. 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 5 -- Indicadores de Eficiência

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato-Programa	Meta 2026
<i>Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável</i>	Rigorous controlo orçamental que garanta um resultado líquido positivo	Resultado líquido	> 0
	Pagamento atempado a fornecedores	Prazo médio de pagamento	< 30 dias

Cláusula 6.ª
(Acompanhamento e fiscalização)

O Município de Braga reserva-se o direito de verificar o cumprimento do disposto no presente Contrato-Programa através do acompanhamento das ações propostas e desenvolvidas pela FCB.

Cláusula 7.ª
(Incumprimento da cláusula 3ª)

A falta de cumprimento das obrigações constantes da cláusula 3ª ou a mora no seu cumprimento implica, salvo facto devidamente justificado e aceite pelo primeiro outorgante, a impossibilidade de celebração de novo Contrato-Programa.

Cláusula 8.ª
(Vigência do contrato)

O Contrato-Programa produzirá os seus efeitos a 1 de janeiro de 2026 e vigorará durante o ano de 2026.

Cláusula 9.ª
(Aceitação)

O presente Contrato-Programa, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Cláusula 10.ª
(Compromisso)

Ao presente Contrato-Programa foi atribuído o número de compromisso xxx, nos termos da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Braga, xx de janeiro de 2026

O Presidente do Município de Braga

A Administração da FCB

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

No presente anexo apresenta-se a informação de suporte ao cálculo do subsídio à exploração, que está individualizado pelos equipamentos e projetos produzidos pela empresa municipal, nomeadamente, o Theatro Circo, gnration, BMA e Legado Braga 25.

De seguida apresentamos os pressupostos subjacentes ao valor apresentado para o contrato-programa a celebrar para o ano de 2026.

a) Estimativa de espectadores/públicos das atividades apoiadas

O cálculo do número de eventos e respetivo público referente aos eventos do Theatro Circo e gnration, tiveram em consideração os eventos de programação interna que se pretende concretizar em 2026.

No caso das atividades de BMA foi considerada a estimativa das atividades desenvolvidas de forma regular ao longo dos últimos anos, nomeadamente o Circuito, o Index e o programa da UNESCO.

Para as atividades a desenvolver no âmbito do Legado Braga 25, a estimativa de eventos e públicos resulta da preparação de projetos, e terá as suas apresentações previstas para 2026, nos projetos a desenvolver no contexto desta iniciativa.

Tipologia de Evento	Theatro Circo		
	N.º atividades	N. Médio Público	Público Total
Espectáculos	82	348	28 500
Sessões de Cinema	46	130	5 980
Formação e Capacitação	19	11	209
Mediação e Participação	17	31	527
Outros Eventos	5	230	1 150
Exposições	2	1 232	2 464
Residências	11	14	156
Visita	58	14	794
Total	240	166	39 780

Tipologia de Evento	Braga 2019		
	N.º atividades	N. Médio Público	Público Total
Espetáculos	47	96	4 500
Sessões de Cinema	5	90	450
Formação e Capacitação	14	214	3 000
Mediação e Participação	0	0	0
Outros Eventos	11	682	7 500
Exposições	11	3 182	35 000
Residências	20	8	150
Visitas	0	0	0
Total	108	469	50 600

Tipologia de Evento	Braga Media Arts		
	N.º atividades	N. Médio Público	Público Total
Espetáculos	21	157	3 300
Sessões de Cinema	4	150	600
Formação e Capacitação	46	37	1 681
Mediação e Participação	168	5	792
Outros Eventos	4	21	84
Exposições	12	944	11 331
Residências	0	0	0
Visitas	0	0	0
Total	255	70	17 788

Tipologia de Evento	Legado Braga 25		
	N.º atividades	N. Médio Público	Público Total
Espetáculos	13	246	3 200
Sessões de Cinema	0	0	0
Formação e Capacitação	7	16	110
Mediação e Participação	24	12	285
Outros Eventos	7	36	250
Exposições	3	83	250
Residências	3	10	30
Visitas	0	0	0
Total	57	72	4 125

b) Estimativa de públicos por tipo de bilhete

A estimativa de públicos por tipo de desconto, que abaixo se apresenta, foi calculada com base na distribuição dos descontos atribuídos por tipologia de eventos num ano de atividade regular e

considerando a tipologia de eventos a realizar em 2026.

Para estimativa de públicos por tipo de desconto considerou-se que as atividades desenvolvidas no contexto do Legado da Braga 25 serão de entrada gratuita.

Nas tabelas seguintes apresenta-se a previsão de descontos por tipo de evento e o seu impacto na bilheteira de 2026, por equipamento e projeto participado.

Theatro Circo						
Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda*
Espetáculos	17 100	285	1 425	285	3 705	5 700
Sessões de Cinema	4 186	0	0	0	1 495	299
Formação e Capacitação	84	0	4	2	8	111
Mediação e Participação	26	0	0	0	0	501
Outros Eventos	115	0	0	0	0	1 035
Exposições	123	0	0	0	0	2 341
Residências	0	0	0	0	2	154
Visitas	159	0	0	0	119	516
Total	21 793	285	1 429	287	5 329	10 657

Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda*
Espetáculos	60%	1%	5%	1%	13%	20%
Sessões de Cinema	70%	0%	0%	0%	25%	5%
Formação e Capacitação	40%	0%	2%	1%	4%	53%
Mediação e Participação	5%	0%	0%	0%	0%	95%
Outros Eventos	10%	0%	0%	0%	0%	90%
Exposições	5%	0%	0%	0%	0%	95%
Residências	0%	0%	0%	0%	1%	99%
Visitas	20%	0%	0%	0%	15%	65%

*Os bilhetes relativos aos camarotes alugados a empresas são incluídos na coluna dos bilhetes gratuitos ou pré venda, dado que o pagamento do camarote é efetuado integralmente e de forma antecipada, não sendo duplicada a emissão de bilhetes no próprio evento.

Gerência

gnration						
Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda
Espectáculos	3 150	45	360	45	450	450
Sessões de Cinema	0	0	0	0	0	450
Formação e Capacitação	0	0	0	0	0	3 000
Mediação e Participação	0	0	0	0	0	0
Outros Eventos	0	0	0	0	0	7 500
Exposições	0	0	0	0	0	35 000
Residências	0	0	0	0	0	150
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	3 150	45	360	45	450	46 550

Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda*
Espectáculos	70%	1%	8%	1%	10%	10%
Sessões de Cinema	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Formação e Capacitação	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Mediação e Participação	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Outros Eventos	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Exposições	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Residências	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Braga Media Arts						
Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda
Espectáculos	990	33	264	33	330	1 650
Sessões de Cinema	60	0	0	0	0	540
Formação e Capacitação	168	0	0	0	0	1 513
Mediação e Participação	79	0	0	0	0	713
Outros Eventos	0	0	0	0	0	84
Exposições	0	0	0	0	0	11 331
Residências	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	1 297	33	264	33	330	15 831

Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda*
Espetáculos	30%	1%	8%	1%	10%	50%
Sessões de Cinema	10%	0%	0%	0%	0%	90%
Formação e Capacitação	10%	0%	0%	0%	0%	90%
Mediação e Participação	10%	0%	0%	0%	0%	90%
Outros Eventos	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Exposições	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Residências	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Legado Braga 25						
Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda
Espetáculos	0	0	0	0	0	3 200
Sessões de Cinema	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Formação e Capacitação	0	0	0	0	0	110
Mediação e Participação	0	0	0	0	0	285
Outros Eventos	0	0	0	0	0	250
Exposições	0	0	0	0	0	250
Residências	0	0	0	0	0	30
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	0	0	0	0	0	4 125

Tipologia de Eventos	Bilhete inteiro	Bilhete desconto 10%	Bilhete desconto 20%	Bilhete desconto 25%	Bilhete desconto 50%	Gratuito ou pré-venda*
Espetáculos	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Sessões de Cinema	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Formação e Capacitação	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Mediação e Participação	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Outros Eventos	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Exposições	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Residências	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Visitas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

c) Preços médios por área e preços de mercado

Os quadros seguintes apresentam o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação interna, e por equipamento e projeto cultural, face ao preço de mercado que teria de ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.

Theatro Circo			
Tipologia de Atividades	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	9,0 €	6,5 €	63,9 €
Sessões de Cinema	4,0 €	3,3 €	4,3 €
Formação e Capacitação	5,0 €	2,2 €	1 493,3 €
Mediação e Participação	5,0 €	0,3 €	592,2 €
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	45,2 €
Exposições	0,0 €	0,0 €	10,6 €
Residências	0,0 €	0,0 €	166,7 €
Visitas	3,5 €	1,0 €	32,8 €

gnration			
Tipologia de Atividades	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	7,5 €	6,1 €	173,8 €
Sessões de Cinema	0,0 €	0,0 €	21,7 €
Formação e Capacitação	0,0 €	0,0 €	3,3 €
Mediação e Participação	n/a	n/a	n/a
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	6,5 €
Exposições	0,0 €	0,0 €	2,8 €
Residências	0,0 €	0,0 €	195,5 €
Visitas	n/a	n/a	n/a

Braga Media Arts			
Tipologia de Atividades	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	7,0 €	2,9 €	111,6 €
Sessões de Cinema	1,5 €	0,0 €	5,1 €
Formação e Capacitação	2,5 €	0,3 €	67,2 €
Mediação e Participação	1,5 €	0,2 €	25,8 €
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	1 983,8 €
Exposições	0,0 €	0,0 €	21,9 €
Residências	n/a	n/a	n/a
Visitas	n/a	n/a	n/a

Legado Braga 25			
Tipologia de Atividades	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
Espetáculos	0,0 €	0,0 €	232,1 €
Sessões de Cinema	n/a	n/a	n/a
Formação e Capacitação	0,0 €	0,0 €	590,8 €
Mediação e Participação	0,0 €	0,0 €	162,9 €
Outros Eventos	0,0 €	0,0 €	3,0 €
Exposições	0,0 €	0,0 €	260,0 €
Residências	0,0 €	0,0 €	284,7 €
Visitas	n/a	n/a	n/a

Os preços acima apresentados para o bilhete inteiro, a serem praticados em 2026, correspondem a um valor médio por evento, variando, por princípio, num intervalo pré-definido com o Município conforme as tabelas seguintes.

Tipologia de Atividades	Theatro Circo		gnration		Braga Media Arts		Legado Braga 25	
	Grande Público	Público escolar	Grande Público	Público escolar	Grande Público	Público escolar	Grande Público	Público escolar
Espetáculos	[6,00€ - 25,00€]	[3,5€ - 5€]	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]	[6,00€ - 15,00€]	[3,5€ - 5€]	n.a.	n.a.
Sessões de Cinema	4,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	4 €	n.a.	n.a.	n.a.
Formação e Capacitação	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]	n.a.	n.a.	[5,00€ - 20,00€]	[3,5€ - 10€]	n.a.	n.a.
Mediação e Participação	[5,00€ - 20,00€]	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Outros Eventos	[5€ - 12,5€]	[3,5€ - 5€]	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Exposições	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Residências	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Visitas	3,50 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Não obstante os valores acima indicados, previamente à aprovação da programação é realizada uma reunião para a definição do preço estabelecido para cada atividade a executar, podendo o mesmo ser ajustado num montante diferente dos valores de referência apresentados.

d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga Media Arts	Legado Braga 25
Bilheteira	194 489 €	25 917 €	9 616 €	0 €
<i>Bilhetes Inteiros</i>	162 028 €	22 288 €	7 131 €	0 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	32 461 €	3 630 €	2 484 €	0 €
Pré-vendas	36 480 €	0 €	0 €	0 €
Cartões quadrilátero	18 892 €	2 099 €	0 €	0 €
Subsídios	241 432 €	241 891 €	70 000 €	0 €
Patrocínio/Apoio Eventos	86 300 €	21 600 €	1 400 €	1 700 €
Total	577 592 €	291 508 €	81 016 €	1 700 €

e) Plano previsional de custos – Programação Interna

Para a implementação das atividades, estimaram-se os custos que se resumem na tabela seguinte:

Custos Programação Interna	Theatro Circo	gnration	Braga Media Arts	Legado Braga' 25
Produção	792 810 €	273 820 €	332 468 €	433 000 €
Comunicação	135 769 €	70 880 €	73 936 €	54 918 €
Equipa Técnica	1 121 604 €	472 804 €	416 168 €	354 562 €
Instalações e Equipamentos	242 773 €	52 331 €	44 180 €	33 384 €
Depreciações	160 594 €	52 351 €	0€	0€
Total	2 453 550 €	922 186 €	866 752 €	875 864 €

Para a definição destes custos referente ao equipamento cultural **Theatro Circo** foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando dados históricos e o tipo de atividades a desenvolver em 2026 assim como integração de novos projetos.
2. As despesas com comunicação com anúncios e ações específicas foram afetadas na totalidade, visto que estas componentes da comunicação do equipamento são dedicadas exclusivamente a eventos de programação interna. No caso da produção de materiais e serviços de marketing considerou-se que há alguma partilha com as cedências externas embora em menor dimensão (80% dos recursos normais), pelo que foi afetado proporcionalmente, utilizando o rácio infra:

	Previsão 2026	Afetação 2026
Eventos programação interna	240	240
Cedências	68	56
Eventos Theatro Circo	308	296
% Programação Interna/total Eventos		81%

3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos e

depreciações são afetadas na proporção das atividades internas no total das atividades, do Theatro Circo, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora numa menor dimensão (79% dos recursos normais) pelo que foi afetado proporcionalmente utilizando o rácio infra:

	Previsão 2026	Afetação 2026
Eventos programação interna	240	240
Cedências e alugueres	68	68
Eventos Theatro Circo	308	308
% Programação Interna/total Eventos		78%

Para a definição destes custos no gnrntion foram assumidos os seguintes pressupostos:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2026.
2. As despesas com comunicação foram estimadas com base em dados históricos e considerando o previsto para o ano 2026. Foram afetadas na totalidade, visto que a comunicação do espaço gnrntion é dedicada exclusivamente a eventos de programação interna, não sendo efetuados trabalhos de comunicação para alugueres de salas ou cedências externas.
3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, são afetadas na proporção das atividades internas no total das atividades realizadas no gnrntion, uma vez que a equipa e as instalações são utilizadas por todos estes eventos, embora com uma proporção inferior considerou-se que há alguma partilha com as cedências externas embora em menor dimensão (60% dos recursos normais). Fala-se de eventos de complexidade baixa pelo que a afetação dos recursos não é muito representativa. Com este pressuposto efetuamos os cálculos seguintes e chegamos a uma % de afetação de 96%:

	Previsão 2026	Afetação 2026
Eventos programação interna	108	108
Cedências e alugueres	20	4
Eventos gnrntion	128	112
% Programação Interna/total Eventos		95%

Para a definição destes custos implementação das ações da **BMA e Legado da Braga 25** considerou-se o seguinte:

1. Relativamente aos custos de programação, o montante estimado foi calculado com base nos valores médios dos cachês e despesas de produção, considerando o tipo de atividades a desenvolver para o ano de 2026.

2. As despesas com comunicação foram estimadas considerando as ações previstas para o ano 2026 e afetas na totalidade, visto que toda a atividade está afeta à divulgação exclusiva dos respetivos programas.
3. As despesas com a Equipa, bem como as despesas com as Instalações e Equipamentos, foram também afetas na totalidade, uma vez que a equipa e recursos usados se dedicam somente ao desenvolvimento das atividades objeto do presente contrato-programa.

f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pela FCB para as atividades de programação interna, estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de **4.166.537€**, distribuído pelas áreas de intervenção da empresa municipal conforme apresentado no quadro seguinte.

	Theatro Circo	gnration	BMA	Legado Braga' 25
Rendimentos Programação Interna	577 592 €	291 508 €	81 016 €	1 700 €
Custos Programação Interna	2 453 550 €	922 186 €	866 752 €	875 864 €
Défice Gerado = Subsídio à Exploração	1 875 958 €	630 678 €	785 736 €	874 164 €



BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Introdução

1. Para efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração (ou indemnização compensatória) a receber pela **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (doravante designada de “Entidade” ou “Bragahabit”), do **Município de Braga**, com base no “Contrato-Programa” no valor de 2 700 000 euros, para o exercício de 2026, cuja minuta se anexa (documento e respetivos anexos com dez páginas, por nós rubricadas e carimbadas).
2. Este contrato programa, consubstanciado em subsídios ou outras transferências financeiras do Município de Braga, é devido como contrapartida de obrigações assumidas pela Entidade no âmbito de:
 - a) Competências atribuídas enquanto entidade do setor empresarial local, ao nível dos fogos de habitação social e do apoio ao arrendamento de fogos destinados a famílias carenciadas, bem como da conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
 - b) Obrigações assumidas (i) por um lado, pela Bragahabit em matéria de disponibilização de habitação em condições de preços inferiores aos preços de mercado (medidos estes pelas “rendas de mercado” estabelecidas para os casos de arrendamento sem apoio social, quanto a prédios próprios, e pelas rendas efetivamente pagas pela Bragahabit, para os casos em que recorre a prédios de terceiros) e, (ii) por outro lado, pela atribuição de apoios monetários a famílias carenciadas.



Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Bragahabit o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os valores das rendas a preços de mercado, ajustados às condições reais do parque imobiliário, e os valores das rendas a cobrar aos beneficiados, tendo em conta o número de contratos previsível e as diferentes tipologias existentes (à luz da experiência do passado), bem como na quantificação do valor global dos apoios monetários a atribuir, considerando o número expectável de casos em cada vertente de apoio – conforme vem expresso na correspondente minuta de Contrato Programa.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



Parecer

8. Com base nas premissas descritas, foi estimado um esforço financeiro total da Bragahabit para o ano 2026 no montante de cerca de 3 711 614 euros, pelo que a indemnização compensatória, no valor de 2 700 000,00 euros, corresponderá a um apoio municipal de cerca de 73% desse esforço, o que representa um incremento de cerca de 22 p.p. em relação ao período anterior, o que torna ainda mais relevante que os cálculos efetuados e pressupostos assumidos sejam acompanhados pela adequada e suficiente documentação de suporte.

9. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da indemnização compensatória previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela Bragahabit, tendo em conta o enquadramento descrito anteriormente.

10. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 23 de janeiro de 2026

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

CONTRATO-PROGRAMA

Entre a **Câmara Municipal de Braga**, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente João Vasconcelos Barros Rodrigues, e a **BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Pedro Alexandre Fernandes de Nascimento;

Considerando que:

- A. O apoio financeiro ao arrendamento de fogos a estratos sociais desfavorecidos efetuado pelo Município, foi transferido, por delegação de competências, para a empresa BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga;
- B. Nos termos do Artigo 5.º, dos respetivos Estatutos, a BragaHabit, E.M. tem como atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da Empresa e dos fogos destinados a habitação de interesse social que sejam propriedade municipal, bem como de quaisquer outros que lhe sejam confiados pelo Município, celebrando com os inquilinos os respetivos contratos de arrendamento;
- C. A BragaHabit assegura também a existência de um habitat que assegure as condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais
- D. A BragaHabit exerce ainda outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;
- E. O valor dos rendimentos da BragaHabit, E.M. provem das rendas socialmente atribuídas, cujo valor está dependente dos rendimentos dos agregados familiares

mais carenciados, obtidos de acordo com a Lei 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;

- F. Os valores dos rendimentos obtidos das rendas sociais são muito inferiores aos que poderiam ser alcançados por arrendamento livre no mercado do mesmo património municipal;
- G. A diferença entre as rendas sociais e as rendas de mercado consubstancia a grande parte do esforço financeiro que a BragaHabit, E.M. suporta em consequência da delegação de competências referidas no ponto A;
- H. O valor aproximado do esforço financeiro feito pela BragaHabit, E.M., obtido da contabilidade da empresa e do seu programa de gestão, supera os 3.7 milhões de euros, conforme mapa de cálculo anexo a este documento;
- I. A BragaHabit, E.M. não dispõe de rendimentos de atividades próprias que assegurem a cobertura do esforço financeiro acima descrito que permitam garantir o equilíbrio financeiro da empresa;
- J. Podem ser celebrados contratos-programa que atendam à prossecução de objetivos setoriais, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, art.º 50º;

Assim:

Tendo em conta o esforço social financeiro direto da BragaHabit, E.M. por praticar rendas de acordo com a legislação aplicável, apurado de acordo com os cálculos referido em anexo, e de forma a garantir que o equilíbrio económico e financeiro desta Empresa Municipal, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, solicita-se à Câmara Municipal de Braga um apoio financeiro de 2 700 000,00 euros através da celebração de um contrato-programa.

Foi acordado a celebração do presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato-programa, celebrado nos termos do artº. 50º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento das condições a que as partes se obrigam em ordem a assegurar a prossecução de objetivos setoriais da BragaHabit no âmbito do apoio ao arrendamento urbano a famílias de fracos recursos.

Cláusula 2ª

Obrigações e direitos das partes

1. A BragaHabit obriga-se a conceder apoios habitacionais nos termos anteriormente referidos, a estratos sociais carenciados nos termos da respetiva regulamentação em vigor e legislação aplicável.
2. A Câmara obriga-se a participar financeiramente na cobertura de parte dos encargos através da atribuição de um subsídio 2 700 000,00 € (dois milhões e seiscientos mil euros), para o ano de 2026, a satisfazer em duodécimos.
3. A BragaHabit obriga-se também a apresentar relatórios trimestrais demonstrativos da execução física e financeira do presente contrato.

Cláusula 3ª

Indicadores de eficácia e eficiência

O contrato-programa estabelecido entre os presentes subscritores tem por objeto assegurar a prossecução dos seguintes indicadores de eficácia e de eficiência:

3.1 Indicador de Eficiência na Utilização de Fogos

O indicador de eficiência na utilização dos fogos permite avaliar a forma como a empresa está a cumprir o seu objetivo social, nomeadamente maximizando a utilização de fogos habitacionais detidos.

Em 2026, a BragaHabit terá em execução a continuidade da reabilitação de parte do seu património, devido às intervenções no âmbito do 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação,

obrigando à mobilização de alguns fogos para apartamentos de transição. Neste contexto, prevê-se que o indicador de eficiência atinja os 95.90%.

3.2. Indicador de Eficiência na Atualização de Rendas

O indicador de eficiência na atualização de rendas permite avaliar a forma como a empresa ajusta o valor dos rendimentos anuais dos seus beneficiários ao cálculo do valor das rendas, de acordo com a lei aplicável.

O Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, publicado em Diário da República através do Regulamento n.º 1128/2024 de 08 de outubro de 2024, prevê no número 4 do Artigo 29.º que “a reavaliação, pela BragaHabit, das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza -se, no mínimo a cada dois anos, no mês de celebração do contrato”.

A referida avaliação não teve lugar nos período de 2015 a 2024 porque, de acordo com o número 10 do mesmo artigo, “não há lugar a aumento da renda por efeito de atualização quando, em resultado de vistoria técnica à habitação por parte da BragaHabit, se constate um estado de conservação mau ou péssimo não imputável ao arrendatário e enquanto tal condição persistir”.

Neste momento, e dando continuidade à reabilitação de vários fogos, enquadrada no 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, a BragaHabit, nos termos do número 5 do já referido Artigo 29.º, a BragaHabit dará continuidade à notificação dos seus inquilinos para a entrega de documentação atualizada, de forma a atualizar as rendas praticadas. Neste contexto, prevê-se que o indicador de eficiência atinja os 83.33%.

3.3. Indicador de Eficácia nas Cobranças

O próximo indicador mede o grau de cumprimento do pagamento de rendas nos contratos de arrendamento e subarrendamento.

A BragaHabit depara-se com um problema crónico de incumprimento das responsabilidades dos seus utentes. Nesse sentido, a celebração de acordos de pagamento de dívida continuará a ser uma

aposta forte da BragaHabit em 2026, dando oportunidade às famílias para celebrar mais do que um acordo, em função das suas necessidades.

Em 2026, será dado continuidade à execução dos protocolos estabelecidos com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) com vista à cobrança coerciva das dívidas da dívida por falta de pagamento de rendas

Em último caso, será também utilizado o recurso à execução de despejos por resolução dos contratos de arrendamento com fundamento na falta de pagamento das rendas. Neste contexto, prevê-se que o indicador de eficácia atinja os 65.28%.

Cláusula 4ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do Fiscal Único, produz efeitos no próximo ano de 2026 e é celebrado por proposta da Câmara Municipal de Braga e respetiva aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Cláusula 5ª

Integração em plano de atividades

Para satisfação do disposto na Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa integrará o Plano de Atividades da BragaHabit para o ano de 2026, sendo os mesmos acompanhados do parecer do Fiscal Único nos termos da alínea j) do nº6 do art. 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Braga, _____ de _____ de _____.

Pela Câmara Municipal de Braga:

Pela BragaHabit:

ANEXO

CÁLCULO DO ESFORÇO FINANCEIRO

O esforço financeiro suportado pela BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. em consequência da aplicação de rendas sociais às habitações sob sua gestão, por cumprimento da delegação de competências do Município de Braga, é apurado da forma seguinte:

O cálculo da renda de mercado baseia-se no referencial da renda padrão, alinhando-se com os valores máximos de renda admitidos para o ano em curso, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 90-C/2022, de 30 de dezembro, que estabelece os valores máximos de rendas por tipologia de fogo e por Município, com a devida atualização de acordo com o Coeficiente de Atualização das Rendas previsto para o ano de 2026.

Todos os mapas que servem de apoio aos cálculos são extraídos diretamente da Contabilidade Analítica da BragaHabit, cujo módulo integra o Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Os mapas resumo que sintetizam a informação de cada Regime de Apoio à Habitação devem ser lidos da seguinte forma:

- 1.ª Coluna - Renda média mensal de mercado - A: Corresponde à média da renda média mensal obtida para cada tipologia;
- 2.ª Coluna - N.º de Contratos da BragaHabit com inquilinos - B: Corresponde ao número total de fogos com contrato de arrendamento ativo em cada regime de apoio;
- 3.ª Coluna - Contratos da BragaHabit a valores de mercado - C: Corresponde ao valor total do arrendamento anual que a BragaHabit obteria se aplicasse a renda média de mercado da respetiva tipologia;

4.ª Coluna - Contratos da BragaHabit - renda média social - D: Corresponde ao valor da renda média que a BragaHabit obtém ao aplicar a renda social aos contratos, calculada de acordo com a legislação aplicável;

5.ª Coluna - Contratos da BragaHabit a valores sociais anuais - E: Corresponde ao valor total do arrendamento anual que a BragaHabit obtém por aplicar a renda social;

6.ª Coluna - Valor da Indeminização Compensatória - F: Corresponde ao esforço financeiro suportado pela BragaHabit devido à aplicação da renda social, calculado como a diferença entre o valor que obteria com a renda média de mercado e o valor efetivo recebido, conforme a fórmula prevista na legislação aplicável em vigor.

ARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Arrendamento Apoiado, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 2 864 160,00 euros.

RENTA APOIADA		
PREVISÃO		
	MÉDIA MENSAL	2026
Número médio de processos atualizados (A)		510
Renda média e total das rendas de mercado (B)	520,00 €	3 182 400,00 €
Somatório das rendas sociais (C)	52,00 €	318 240,00 €
Esforço financeiro (C=A-B)	468,00 €	2 864 160,00 €

SUBARRENDAMENTO APOIADO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Subarrendamento Apoiado, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 639 600 euros.

SUBARRENDAMENTO		
	PREVISÃO	
	MÉDIA MENSAL	2026
Número médio de processos atualizados (A)		130
Renda média e total das rendas de mercado (B)	500,00 €	780 000,00 €
Somatório das rendas sociais (C)	90,00 €	140 400,00 €
Somatório Subsídios (C=A-B)	410,00 €	639 600,00 €

IOTA: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (A) coluna 2; (B) coluna1 e 3; (C) 4 e 5

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Residências Partilhadas, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 66 252,00 euros.

RESIDÊNCIAS PARTILHADAS

	PREVISÃO	
	MÉDIA MENSAL	2026
Número médio de processos atualizados (A)		46
Renda média e total das rendas de mercado (B)	545,00 €	85 020,00 €
Somatório das rendas sociais (C)	34,00 €	18 768,00 €
Somatório Subsídios (C=A-B)		66 252,00 €

IOTA: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (A) coluna 2; (B) coluna1 e 3; (C) 4 e 5

ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente ao Regime de Arrendamento Acessível, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 12 002.20 euros.

ANEXO 3

ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

	PREVISÃO	
	MÉDIA MENSAL	2026
Número médio de processos atualizados (A)		10
Renda média e total das rendas de mercado (B)	542,81 €	65 137,20 €
Somatório das rendas sociais (C)	442,79 €	53 135,00 €
Somatório Subsídios (C=A-B)		12 002,20 €

IOTA: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (A) coluna 2; (B) coluna1 e 3; (C) 4 e 5

CONTRATOS DE COMODATO

O quadro seguinte resume a informação económica extraída dos mapas da Contabilidade Analítica, correspondente aos Contratos de Comodato, de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

O cálculo do esforço social financeiro da BragaHabit neste regime de apoio à habitação é estimado em 129 600,00 euros.

ANEXO 3

COMODATO

	PREVISÃO		
	MÉDIA MENSAL	2026	
Número médio de processos atualizados (A)		27	
Renda média e total das rendas de mercado (B)	400,00 €	129 600,00 €	
Somatório das rendas sociais (C)	0,00 €	0,00 €	
Somatório Subsídios (C=A-B)		129 600,00 €	

IOTA: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (A) coluna 2; (B) coluna1 e 3; (C) 4 e 5

A partir dos quadros acima mencionados, foi elaborado um quadro resumo que apresenta o total do esforço financeiro previsto pela BragaHabit para o ano de 2026, estimado em cerca de 3 711614.20 euros.

Assim a indemnização compensatória, no valor de 2.700.000,00 euros, corresponderá a um apoio municipal em cerca de 73,00% do esforço social realizado pela BragaHabit para o ano de 2026.



IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração (ou indemnização compensatória) a receber pela entidade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.** (adiante designada por InvestBraga) do **Município de Braga**, com base no “Contrato Programa - 2026” no valor de 429 800 euros, cuja minuta se anexa (documento com seis páginas por nós rubricadas e carimbadas).

2. Este subsídio à exploração é devido pelo Município de Braga como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade, no quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, fundamentalmente referentes à atração de investidores e empreendedores que valorizem e incrementem a atividade económica da região, criando condições para a instalação de novas empresas e para a promoção de novas atividades e desenvolvimento das já existentes.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da InvestBraga o cálculo do valor do subsídio à exploração, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:



- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos, traduzida em KPI's para as principais áreas de atuação da entidade e em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

7. A minuta do aditamento ao contrato prevê e atualiza a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem razoáveis.

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor das indemnizações compensatórias previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela InvestBraga.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes, facto que vem agravado pela incerteza relacionada com o atual clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerado pelas tensões geopolíticas e situações de conflito mundiais.

Braga, 23 de janeiro de 2026.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

MINUTA DO CONTRATO - PROGRAMA - 2026



ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **João Rodrigues**.-----

e

IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por Luís Miguel Ferreira da Silva Rodrigues, como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 138/2026 do conselho de administração, que se arquiva.-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA 1.ª

(Âmbito do Contrato-Programa)

1. O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico durante o ano de 2026. -----
2. Com efeito, a InvestBraga tem como objeto principal "a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros".
3. Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo, inerentes à mencionada delegação de competências, a CMB disponibilizará à InvestBraga o montante de 429.800 Euros

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações da InvestBraga)


G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
Praça Camilo Castelo Branco
nº 31 - Sala 43
4700-209 Braga

1. A InvestBraga, no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento, que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e façam crescer a atividade económica da região com: -----

- a) instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;
- b) promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado; -----
- c) promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado); --

- d) acompanhar/monitorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

Neste âmbito, a InvestBraga obriga-se a:

- apoiar empresários e investidores na formalização das empresas;
- dar a conhecer possíveis localizações geográficas para as empresas;
- instauração dos processos de licenciamento municipais;
- agilizar processos burocráticos, como licenciamento de novas atividades;
- identificar recursos qualificados e prestar informação relativa aos mecanismos de apoio à contratação;
- prestar informação relativa aos incentivos locais, nacionais e internacionais.

2. No exercício das competências que lhe estão atribuídas enquanto entidade gestora da Startup Braga e agente responsável pelo desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo do Município de Braga, a InvestBraga compromete-se a:

- a) Desenvolvimento e especialização do ecossistema

- a. Apoiar o desenvolvimento de startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento, especialmente nas áreas de maior relevância estratégica para a região, como a Economia Digital, Tecnologias para a Saúde, Biotecnologia, Nanotecnologia, Sustentabilidade e Indústria 4.0.;
 - b. Orquestrar e dinamizar o ecossistema local de empreendedorismo, promovendo sinergias e colaboração entre as entidades que integram a Rede Startup Braga, incluindo universidades, centros de I&D, empresas, investidores, organismos públicos e parceiros nacionais e internacionais;
 - c. Reforçar a especialização das áreas de atuação da Startup Braga, potenciando as vantagens comparativas e competitivas do território e contribuindo para a concretização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3);
 - d. Alavancar a internacionalização das startups apoiadas, através do desenvolvimento de relações estratégicas com outros ecossistemas e redes internacionais de inovação, estimulando a participação das startups em programas, feiras, missões e plataformas globais.
- b) Prestação de serviços e execução de programas no âmbito da Startup Braga
- a. A InvestBraga obriga-se, ainda, a conceber, implementar e operacionalizar um conjunto de programas e iniciativas estruturantes que integram o Plano de Atividades da Startup Braga para 2026, nomeadamente:
 - i. Programa de Incubação:
 - 1. Promover e gerir um programa de incubação com candidaturas abertas em contínuo e momentos periódicos de seleção.
 - 2. Garantir às startups incubadas:
 - a. acesso a espaço de trabalho e condições físicas adequadas;
 - b. apoio especializado nas áreas de gestão, contabilidade, fiscalidade, comunicação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, internacionalização, serviços cloud e desenvolvimento tecnológico;
 - c. acesso a uma rede de investidores, parceiros corporativos, mentores e especialistas nacionais e internacionais;
 - d. uma envolvente favorável ao desenvolvimento, validação e crescimento dos projetos.

3. Dinamizar iniciativas regulares de comunidade, ligação ao mercado, incluindo reuniões de acompanhamento, tech sessions, investor meetings e corporate talks.
- ii. Programa de Pré-Aceleração
 1. Organizar um programa de pré-aceleração orientado para empreendedores que ainda se encontram na fase de ideação ou validação inicial, proporcionando ferramentas para estruturar, testar e consolidar modelos de negócio, preparando as equipas para fases posteriores de incubação e aceleração.
 - iii. Programa de Inovação em Tecnologias da Saúde, Biotecnologia e Nanotecnologia (2.ª edição do Global Health Accelerator ou programa equivalente)
 1. Organizar, em parceria com entidades científicas, clínicas e tecnológicas, um programa de inovação destinado a startups em *early* e *mid-stage* que desenvolvam soluções nas áreas da saúde, biotecnologia e nanotecnologia. O programa será composto por:
 - a. três meses de formação imersiva, com enfoque em competências de negócio, regulamentação, transferência de tecnologia e preparação para o mercado;
 - b. seis meses de desenvolvimento de pilotos e provas de conceito, em ambientes reais e em colaboração com parceiros científicos, industriais e clínicos.
 2. Esta iniciativa visa reforçar o posicionamento de Braga como polo nacional de referência para a inovação em saúde, promovendo a integração entre startups, centros de I&D e entidades do setor, e contribuindo para a consolidação do futuro Bio-MedTech Hub.
 - iv. Programa de Aceleração Startup Braga 2026
 1. Conceber e organizar um programa de aceleração destinado a apoiar startups que desenvolvam soluções tecnológicas inovadoras para responder a desafios urbanos, sociais e industriais, estruturado em áreas de foco, como por exemplo:
 - a. Energia, Sustentabilidade e Cidades Inteligentes
 - b. Inteligência Artificial Aplicada e Transformação Digital
 - c. Indústria 4.0, Novos Materiais e Construção Tecnológica

2. O programa integrará bootcamps especializados, com formação, mentoria e acompanhamento técnico, orientado para a validação, crescimento e internacionalização dos projetos.

G. CASTRO, B. RO
AMORIM, SROC, LDA
Praça Castelo Branco
nº 31 - Sala 43
4700-209 Braga

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2026, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 429 800,00 Euros (trezentos e vinte e nove mil e oitocentos euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato. -----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: _____ do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das informações de cabimento n.º _____ e de compromisso n.º _____, ambas de ____ de _____.

CLÁUSULA 5.ª

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2026, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de ____ de janeiro de 2026, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de ____ do referido mês de janeiro. -----

CLÁUSULA 6.ª

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor. -----

CLÁUSULA 7.ª

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato. -----

-----Este contrato-programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.

Braga, ____.



PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

João Rodrigues

PELA INVESTBRAGA,

Luís Miguel Ferreira da Silva Rodrigues